INTERESSADO: Wagner José Oliva

ASSUNTO : Inscrição era Doutoramento

RELATOR : Conselheiro Alfredo Gomes

PARECER CEE Nº _____ 059/76. C.L.N. Aprovado em 16 / 1 / 76

I - HISTÓRICO

1- WAGNER JOSÉ OLIVA, em 6 de outubro do corrente ano, dirigiu-se (fls.2) ao Senhor Coordenador do Ensino Superior da Secretaria da Educação a fim de solicitar encaminhamento ao Colendo Conselho Estadual de Educação do Processo que trata "da inscrição ao Doutoramento, nos termos do Decreto nº 52865, de 18/01/72, junto à Faculdade de Engenharia Química de Lorena - FAENQUIL, instituída pela Lei Municipal nº 888, de 03/11/75, em Lorena S.P.,bem como autorizar "que se proceda à nomeação da Comissão de Exame Prévio, segundo o "prescrito no Art. 5º do Decreto 52.865, de 18/01/72" constituída pelos professores citados a fls. 2, e, por último, "autorizar a realização da defesa de tese em um Instituto Isolado da região do Vale do Paraíba".

2- Ocorre que a Faculdade de Engenharia Química de Lorena, então integrante da rede aos estabelecimentos Municipais isolados de Ensino Superior, passou para o Sistema Federal de Ensino, a partir de junho de 1972 (fls,38), alegando, pois, o interessado que "sua inscrição na escola foi aceita em janeiro de 1.972, quando a instituição ainda pertencia ao sistema estadual de ensino" (fls.5, 38).

3- Ouvida a Digna Assessoria Técnica (fls.38 us- que 40), foram levantadas as seguintes questões endereçadas à Comissão de Legislação e Normas:

"a- Tem o CEE competência para decidir sobre inscrições realizadas em escola que já não pertence ao sistema estadual de ensino?

b- São suficientes as provas apresentadas de que a inscrição se fez dentro do prazo?

c- Deve ser entendida a data fixada pelo Parecer nº 754, como de recebimento de inscrição na Escola?"

4- O assunto "Doutoramento" foi largamente debatido no Conselho Estadual de Educação até alcançar a Deliberação CEE nº 4/75, aprovada, por unanimidade, aos 19 de março de 1.975, fixando o prazo de três anos, a partir da data da homologação da Deliberação CEE nº 12/73, em 10 de agosto de 1.973, para a conclusão, nos Institutos Isolados de Ensino Superior, dos doutoramentos requeridos nos termos do Decreto Estadual nº 52.865/72 que os regulamentou nos referidos Institutos, assegurando o prazo máximo de três (3) anos a contar de 31 de

Parecer CEE nº 059/76

requerido dezembro de 1.970, para concluí-lo, ao candidato que o houvesse nos termos do Decreto nº 40.669-62.

O INTERESSADO INSCREVEU-SE NA VIGÊNCIA DO DECRETO

nº 58.865/72, em 28 de janeiro de 1.972, cujas exigências foram fixadas no artigo 4º e incisos I a V, além do estipulado no artigo 5º, e seus §§ 1º e 2º em subseqüência, para exame de qualidade do candidato.

Na Deliberação CEE nº 12/73, homologada pela Resolução SE, de 10 de agosto de 1.973, resultante da Indicação CEE nº 105/73, aprovada no mesmo dia 10, foram estabelecidas Normas Gerais para elaboração dos Regimentos dos Institutos Isolados de Ensino Superior Municipais e dos vinculados a fundações subordinadas ao Conselho Estadual de Educação, fazendo-se menção na alínea "b", item I do artigo 2º, pertinente a Ensino e Pesquisa a Cursos de Graduação e, se for o caso, Pós-Graduação, Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão; e respectivos regimes didáticos, aplicando-se aos cursos de Pós-Graduação o disposto no artigo 24 da Lei nº 5.540/68. inexistindo, pois, alusão ao processo e defesa de tese imediata, mediante a prévia inscrição.

Todavia, o artigo 1º da Deliberação CEE nº 4/75 garantiu o direito dos que já houvessem requerido doutoramento sob a vigência do Decreto nº 52.865/72:

"Artigo 1º - Fica fixado o prazo de três anos, a partir da data da homologação da Deliberação CEE nº 12/73, em 10 de agosto de 1.973, para a conclusão, nos Institutos Isolados de Ensino Superior, dos doutoramentos requeridos nos termos do Decreto Estadual nº 52.865/72".

Valeu-se o interessado da franquia.

A Deliberação CEE nº 4/75, ainda que no corpo do artigo 1º não se refira expressamente a Estabelecimentos ou institutos Isolados de Ensino Superior Municipais, inexistente dúvida que se refere direta e imediatamente a estes quer pela menção à Deliberação CEE nº 12/73 restrita às Normas Gerais para elaboração dos Regimentos de Ensino Superior Municipais (art. 1º), quer pela ementa:

"Fixa prazo para a conclusão dos concursos de Doutorado pelos Institutos Isolados de Ensino Superior Municipais", quer, ainda, pela sua origem histórica, fruto da Indicação nº 13, CTC, aprovada em 5-2-75, cujo assunto foi:

"Fixa prazo para a conclusão dos Doutoramentos nos Intitutos Isolados de Ensino Superior, mantidos pelos Municípios", havendo sido consubstanciada a Indicação nestes termos:

"INDICAMOS ao Conselho Estadual de Educação que aprove o prazo máximo de três anos, a partir da data da homologação da Deliberação CEE nº 12/73, em

Parecer CEE nº 059/76

10 de agosto de 1.973, para a conclusão dos Doutoramentos requeridos nos termos do Decreto Estadual nº 52.865/72, dentro do prazo legal, pelas Faculdades Municipais".

Válida, portanto, a inscrição para o Doutoramemto na Faculdade de Engenharia Química de Lorena, quando Instituto Isolado Municipal, sujeita à legislação estadual, aplicado, conseqüentemente, o Decreto Estadual nº 52.865, de 18 de janeiro de 1.972, merecendo, contudo, outra atenção, a repercussão das Deliberações CEE nº 12/73 e 4/75, se o Doutoramemto circunscrever-se à mesma Escola, posta, agora, em vinculação ao Sistema Federal de Ensino, conforme o Parecer CEE nº 787/72 (proc. CEE nº 1355/71), aprovado por Deliberação, de 19/06/72 relatado pelo Nobre Conselheiro Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, e abaixo transcrito:

"Histórico: Reporto-me ao relatório de Fls.86, e esclareço que a diligência então por mim solicitada foi satisfeita. Destarte, tenho por transformada regularmente, em face da legislação civil, da Faculdade Municipal de Engenharia Química de Lorena, autarquia municipal, na fundação Centro Vale de Ensino e Pesquisa Química Industrial. Devirá a nova entidade, em conseqüência, vincular-se ao sistema de Ensino Federal, processando como de direito, obedecidas as formalidades de estilo, as medidas necessárias para isso.

Ao Conselho Estadual de Educação cabe apenas, a meu ver, declarar que nada tem que opor a isso. Porem, a baixa do sistema estadual só deve operar-se, definitivamente, depois de sujeitar-se /deve

ao Sistema Federal, o que/ fazer com urgência.

Conclusão: Entendo deve ser aguardada essa providência, comprovado pela interessada o seu início perante este Conselho, para que não fique desligada do Sistema Estadual antes de prender-se a novo sistema de ensino".

A esta altura, em 1975, a Faculdade devera estar "desligada do Sistema Estadual" e "presa" ao Sistema Federal, aplicando-se - lhe, portanto, a legislação pertinente, de modo especial a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior em universidades e estabelecimentos de ensino superior isolados, prescrevendo:

"Artigo 17. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos:

b) de pós graduação, abertos à matrícula de candidatos diplomados em curso de graduação que preencham as condições prescritas em cada caso;"

"Artigo 24- O Conselho Federal de Educação conceituará os cursos de pós-graduação e baixará normas gerais para sua organização, dependendo sua validade, no território nacional, de os estudos neles realizados terem os cursos respectivos, credenciados por aquele órgão."

"Artigo 26- O Conselho Federal de Educação fixará o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões reguladas em lei e de outros necessários ao desenvolvimento nacional".

Evidencia-se o princípio da obtenção "do título de Doutor por meio de curso credenciado de pós-graduação, e não, imediatamente, pelo acesso a provas, mediante postulação direta. É o que, também, se acentua, no artigo 1º (caput) da Lei nº 5.802, de 11 de setembro de 1.972, ao dispor sobre a inscrição em prova da habilitação à livre-docência, com as ressalvas em seu parágrafo único, para as exceções com apoio em exercício de magistério ou interstício decenal de diplomação:

"Art. 1º: O Título de Doutor, obtido em curso credenciado de pós-graduação, constitui requisito para a inscrição em prova de habilitação à livre-docência, ressalvados os direitos dos atuais docentes - livres".

5. Já se frisou que a questão mereceu amplos debates no Conselho Estadual de Educação, levando a pronunciamentos de elevado merecimento quando em pauta processos, indicações e deliberações versando a conquista do título de Doutor, salientando-se as contribuições dos ilustres Conselheiros Moacyr Expedito Vaz Guimarães, Alpíno Lopes Casali, Paulo Gomes Romeo, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello e Luiz Ferreira Martins.

Embora as discussões visassem aos cursos de pós-graduação, na vigência da Lei nº 5.540/68 e, ainda, dos instalados à margem deste diploma legal, versando a eficácia dos graus de Mestre e Doutor, há nelas subsídios que podem ser apreciados, sobretudo, no bojo do Processo CEE nº 1491/71, embora, a propósito do Doutorado, aflorem numerosos pareceres de ilustres mestres que integraram o Colegiado, como Honório Monteiro, Carlos Henrique Robertson Liberalli, Esther de Figueiredo Ferraz, Oswaldo Muller da Silva, Paulo Ernesto Tolle Ademar Freire Maia e Pe. Aldemar Moreira.

Parecer CEE nº 059/76

Da declaração de voto que acompanhou o Processo CEE nº 1491/71, destaco estas afirmações referidas pelo ilustre Conselheiro Alpínolo Lopes Casali.

" 1) - A Lei nº 5.540, de 1968, pôs ordem na casa a respeito dos graus de Doutor e Mestre. Somente as escolas credenciadas pelo Conselho Federal de Educação podem conferir graus de Mestre e Doutor, sujeitos a registro no Ministério da Educação e Cultura para efeito de validade nacional.

2) - Não obstante, os sistemas de ensino podem instituir o grau de Doutor com eficácia adstrita ao respectivo território.

Não lhe são atribuídos, porém, os direitos deferidos aos graus de Mestre e Doutor conferidos por cursos credenciados.

3) Em resposta à consulta do Conselho Estadual de Educação, provocada por Indicação da então Conselheira Esther de Figueiredo Ferraz, o Conselho Federal de Educação, pelo Parecer CFE nº 270/70, deliberou como acima ficou esclarecido.

4) No sistema de ensino do Estado de São Paulo, foi criado o Doutorado apenas nos institutos isolados de ensino superior oficiais do Estado, em atenção à Lei orgânica de ensino superior, anterior à Lei nº 4.024, de 1.961, e a esta, em seguida, complementadas, umas e outras, por diplomas legislativos e executivos estaduais.

5) Inexiste, sequer, uma deliberação normativa, de caráter geral ou especial, emanada do Colegiado paulista, instituindo o Doutorado nos Institutos isolados de ensino superior municipais.

6) Seria de urgência a expedição de normas para a regulamentação do Doutorado nos Institutos isolados municipais, a fim de que não surgisse novo Madureza - o do Doutorado.

7) Entre o Doutorado mediante defesa de tese e o obtido através de curso de pós-graduação, este seria a solução preferível para a formação de professores do ensino superior."

Na concordância com o ilustre Declarante votou, também, o nobre Conselheiro Luiz Ferreira Marlins, salientando a "necessidade de regulamentação do concurso de Doutorado no âmbito de cada Instituição", pois o mesmo Conselheiro Alpínolo Lopes Casali enfa-

Parecer CEE nº 059/76

tizara a reiteração de seu ponto de vista: "não há legislação geral ou especial, instituindo o doutoramento mediante defesa de tese, no sistema estadual de ensino, a respeito das escolas isoladas de ensino superior municipais", acrescentando no item 10 da citada Declaração de Voto, datada de 15 de março de 1.974:

"Entendemos que, além da Deliberação CEE nº 12/73, O Conselho Estadual de Educação, se sua vontade é a de pôr um paradeiro ao doutoramento "municipal", surge que haja, a respeito, a deliberação clara, precisa e taxativa.

Se o doutoramento, realizado mediante defesa de tese em institutos isolados municipais, perante examinadores, doutores estranhos à escola, visasse ao aperfeiçoamento dos seus professores, embora sem a existência de carreira do magistério e de garantias maiores aos mesmos, ou seja, se o grau de Doutor tivesse efetivamente a validade de "interna corporis", esse doutoramento poderia ser tolerado, a curto prazo.

Todavia, assim não sucedeu, nem vem ocorrendo, tirante as exceções. O doutoramento é feito, pa-

ra fins de exportação."

E, mais adiante,

"Raros são professores nas Faculdades onde defenderão suas teses, e raríssimos os que, após o doutoramento, pretendem candidatar-se ao magistério nessas escolas. Um ou outro alude à ^{urgênera} defesa na de tese e candidamente observam que vão pleitear, com o doutoramento que se retarda, a ascensão a categoria docente de Professor-Assistente Doutor nos institutos isolados em que leciona."

No seu bem fundamentado Parecer, relatado na Comissão de Legislação e Normas, em 17 de janeiro de 1.973, o ilustre Relator Conselheiro Paulo Gomes Romeo, versando o aspecto "jurídico do problema, incluindo o alcance do Decreto Estadual nº 52865, 18 de janeiro de 1.972, com referência aos Institutos Municipais de Ensino Superior", responde às dúvidas emergentes do protocolado:

"1º)-Os doutoramentos a serem realizados pelos Institutos Isolados de Ensino Superior Municipais, estão incluídos entre os doutoramentos previstos pelo Decreto nº 52865 de 18 de janeiro de 1.972, que sucedeu a alterou o Decreto nº 40669, de 3 de setembro de 1.962.

Parecer CEE nº 059/76

Quer nos parecer que, embora a ementa do referido Decreto esteja assim redigida "Regulamenta o doutoramento dos Institutos de Ensino Superior do Estado de São Paulo, o texto da lei em seu art. 1º, expressamente, refere-se ao Sistema Estadual de Ensino Superior:

"Artigo 1º- Os Institutos Isolados do Sistema Estadual, de Ensino Superior conferirão o grau de doutor nos termos do presente regulamento" (o grifo é meu).

Não resta dúvida que o texto do decreto predomina sobre a ementa.

Assim, pois, o Decreto nº 52865/72, aplica-se aos Institutos Isolados mantidos pelos Municípios, salvo quanto à parte final do art. 4º.

Aí está consignada matéria tratada no Regimento Geral dos Institutos Isolados mantidos pelo Estado, somente a eles se aplicando.

2º) Podem estes diplomas continuarem a ser expedidos, após a vigência do art. 24 da Lei nº 5540 e legislação posterior correlata?

O Parecer nº 270/70, do Conselheiro Newton Sucupira, respondendo à consulta deste Conselho, esclareceu quanto a esta possibilidade:

"A Lei nº 5540 de 28/11/68, ao instituir o credenciamento dos Cursos de Mestrado e Doutorado, não tornou ilegal ou irregular o doutorado criado anteriormente pelo Estado de São Paulo. Apenas os diplomas por ele cobtidos não podem ser registrados no Ministério da Educação, nem possuem validade nacional e muito menos gozam dos direitos que a lei atribui aos títulos de Mestre ou Doutor conferidos por cursos credenciados. A validade legal daqueles diplomas se restringem ao âmbito da competência do sistema de educação do Estado de São Paulo. Assim sendo, nada impede que se realizem as provas de Doutorado na forma regulamentada pelo Decreto do Executivo Estadual, de 3 de setembro de 1962 (Dementa nº 113/168" (sic)

Penso que a pergunta está respondida pela cópia do parecer acima transcrito.

3º) Qual a validade destes diplomas?

Resposta também, inserida no Parecer do Cons. Sucupira e no trecho acima transcrito, com as ressalvas da Lei Estadual nº 10403, de 6 de julho de 1.971, que atribui ao Conselho Estadual atribuição para:

"Fixar as condições para a admissão, a qualquer título, em cargos e funções do magistério estadual de primeiro e segundo graus, assim como as condições de provimento, carreira e regimes/ ^{do trabalho} aos docentes dos estabelecimentos isolados

Parecer CEE nº 059/76

de ensino superior estadual ou municipal" (art.2º, XVII).

"fixar normas para a admissão nas funções de docentes nos estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos pelo Estado, fundações ou associações por ele instituídas e aprovar em cada caso a admissão"(art. 2º, XVIII).

"fixar normas para a admissão nas funções de docentes nos estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos pelos Municípios ou fundações ou associações instituídas pelo Poder Público Municipal, e aprovar, em cada caso, as indicações feitas" (Art. 2º, XIX.)

"fixar critérios para a avaliação de títulos de candidatos aos concursos para o provimento efetivo-de qualquer carreira docente nos estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos pelo Estado, a aprovar a constituição das respectivas bancas examinadoras" (Art. 2º XX) .

Sobre a mesma competência, responde o Parecer nº 293/71, aprovado em 16/08/71, pelo Conselho Estadual de Educação, relatado pelo ilustre Cons. Moacyr Expedito Vaz Guimarães, interpretando consulta da Escola de Sociologia e Política de São Paulo "sobre a validade" perante o Sistema Estadual de Ensino Superior, dos diplomas em "Mestre de Ciência", conferidos pela Escola Pós Graduada de Ciências Sociais daquela Fundação, após a vigência da Lei federal nº 5540, de 28 de novembro de 1.968".

"A solução do caso deve ser dada, evidentemente, à luz da legislação vigente.

A Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1.968, estabelece em seu art. 24:

"Artigo 24 - O Conselho Federal de Educação conceituará os cursos de pós-graduação e baixará normas gerais para a sua organização dependendo sua validade, no território nacional, de os estudos neles realizados terem os cursos respectivos credenciados por aquele órgão".

Assim, pois, não se trata, no caso em tela, de cursos de pós graduação devidamente credenciados pelo Conselho Federal de Educação, hipótese em que teria o diploma, por eles concedido, validade nacional.

Quanto ao Sistema Estadual de Ensino, entendemos que a validade dos diplomas de "Mestre em Ciência" conferidos pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, não é decorrência obrigatória.

Parecer CEE nº 059/76

Poderão eles ser considerados ou não pelas diversas escolas integrantes do sistema."

4º)- Era face da nova conceituação para a obtenção dos títulos de Mestre e de Doutor através de cursos regulares de mestrado e doutoramento, devem os Institutos ou Faculdades continuarem a conferir o Título de doutor através somente de defesa de tese, sem o respectivo cursos a não ser em casos excepcionais previstos no Parecer nº 77/69, do CFE; (sic).

O assunto refere-se a mérito e não de interpretação, o que escapa ao alcance deste parecer, o que não impede que o relator emita sua opinião. Entendo que, em face à manifesta tendência da legislação vigente, que o título de doutor deva ser consequência de um curso regular de pós-graduação; o doutoramento por simples defesa de tese constitui-se numa simples exceção assessoria para resolver situações internas de cada instituição, ainda não preparadas ou possibilitadas de ministrarem os cursos de pós-graduação, e, portanto, como exceção, deve ser limitada no tempo para permitir o prosseguimento dos objetivos realizados pela regra."

E o ilustre Relator, conclui:

"1º) Os doutoramentos propostos pelos institutos isolados de ensino superior municipais como já tem acontecido com numerosos casos, inclusive o do presente processo, podem ser aceitos pelo CEE, depois de devidamente examinadas as condições de cada proposta, segundo a legislação vigente.

2º) Esses doutoramentos terão validade "Interna corporis" e dentro do sistema, cabendo às instituições que não as expedidoras, pronunciar-se quanto à obediência aos requisitos necessários à sua obtenção.

3º) Como opinião pessoal, enterado que o Conselho Estadual de Educação deve estabelecer um prazo para a aceitação final de propostas para estes doutoramentos, tendo em vista a regra geral que é a obtenção do título através dos cursos de pós graduação."

Por sua vez, o ilustre Conselheiro Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, apreciando, na mesma Comissão de Legislação e Normas, o Processo CEE nº 770/71, no Parecer nº 318/71, aprovado em 9/9/71, tendo por objeto "Indicação CEE nº 20371, do Cons. Alpinolo Lopes Casali, referente aos Cursos de Pós-Graduação e Doutoramento, após aludir a outro Parecer do ilustre Conselheiro Moacyr Expedito Vaz Guimarães relativo ao processo CEE nº 477/71, concluindo em conformidade com o art. 24 da Lei Federal nº 5540/68, (letra a), pela validade "Interna corporis" (Letra b) e pela aceitação, sem obrigar o sistema estadual de ensino, por outros estabelecimentos (letra c), o ilustre Cons. Bandeira de Melo concorda quanto à realização das defesas de teses

dos candidatos já inscritos e que estão aguardando seu (=do Conselho Estadual de Educação) pronunciamento", embora discuta a questão da "extensão da validade desses diplomas no âmbito estadual".

E no Parecer CEE nº 754/74, pertinente ao Processo já citado nº 1491/71, tratando do "alcance do Decreto Estadual nº 52865/72, e problemas correlatos com referência aos Institutos Municipais de Ensino Superior", o mesmo ilustre Conselheiro Oswaldo Aranha Bandeira de Mello que subscrevera o Parecer relatado na C.L.N., pelo Conselheiro Paulo Gomes Romeo, adita à 3º conclusão (estabelecimento de "prazo para aceitação final de propostas para estes doutoramentos"), o seguinte pronunciamento:

"No nº 3º das conclusões, o ilustre Conselheiro Paulo Gomes Romeo se manifesta favorável a que o CEE estabeleça prazo para aceitação de proposta de defesa de tese de doutor, independente de curso de pós-graduação. Esse prazo ficou fixado pela Resolução nº 12/73, artigo 3º, do CEE, ao aprovar as normas gerais a serem obedecidas pelos regimentos dos Institutos Isolados Municipais de Ensino Superior. Diz esse dispositivo:

"Artigo 3º: Os cursos de pós-graduação referidos no art. 2º letra "b", item I, obedecerão ao disposto no artigo 24 da Lei nº 5.540/68".

Tal texto entrou em vigor imediatamente. Portanto, da data dessa Resolução em diante, o título de Doutor deverá ser obtido mediante curso de pós-graduação, ou então, mediante concurso de livre-docente, em estabelecimentos de ensino federal, ex-vi da Lei federal nº 5.802 de 11 de setembro de 1.972, ressalvados os requerimentos de inscrição, protocolados até 18 de julho de 1.973, data de vigência da Deliberação CEE nº 12/73".

Mas, a Indicação do ilustre Conselheiro Antônio Delorenzo Neto, de 25 de janeiro de 1.975 (processo CEE /75) no sentido de prazo máximo de três anos, a partir da data da homologação da Deliberação CEE nº 12/73, em 10 de agosto de 1.973, para a conclusão dos Doutoramentos requeridos nos termos do Decreto Estadual nº 52.865/72, dentro do prazo legal, pelas Faculdades Municipais acabou por se transformar na Deliberação CEE nº 4/75, cujo artigo 1º, como já se mencionou, efetivamente fixou o prazo de três anos, a partir da data da referida Deliberação nº 12/73, "para a conclusão, nos Institutos Isolados, de Ensino Superior, dos doutoramentos requeridos nos termos do Decreto Estadual nº 52.865/72".

Precisamente, no primeiro considerando do supra dade Decreto nº 52.865/72, lê-se:

"Vistons du Brésil", 1912, pág. 355).

Muito antes, em 1818, o sábio alemão Von Martius ficara estupefato ao encontrar em Caetité, em pleno sertão baiano, na pessoa de humilde professor régio "um homem de erudição verdadeiramente clássica" ("Através da Bahia. Excertos da obra de Spix e Martius", trasladados a português pelos Professores Drs. M.A. Pirajá da Silva e P. Wolf, 1916, pág. 75). Inexiste dívida, e na afirmação estão os tradutores de Martius: "os frutos do Espírito também amadurecem no difamado clima t r o p i c a l "

A surpreendente inteligência brasileira possui admiradores da categoria de Wappaeus ("Kaiserreich Brasilien"); Levasseur: ("Le Brésil"); Neuwied ("Reise in Brasilien"); Tschudi ("Reisen durch Suedamerika"); Koseritz ("Bilder in Brasilien"); Monte ("Brésil et Argentine"); Ave-Lallemann ("Reise durch Nord-Brasilien"); Canstatt ("Brasilien Land und Leute"); Esche ("Aus dem Wunderlande der Palmen"); Nacher ("Land und Leute der Provinz Bahia"); Schanz ("Das heutige Brasilien"); Princesa Tereza da Bavuera ("Meine Reise in die Brasilianischen Tropen"); Sellin ("Das Kaiserreich Brasiliens"); Ehrenreich ("Antropologische Studien ueber die Ureinwohner Brasiliens"); Dettmann ("Das moderne Brasilien"); Lamber ("Brasilien Land und Leute"); H.Schueler ("Brasilien, ein Land der Zukunft"); Orbigny ("Voyage dans l'Amérique du Sud"); Liais ("Climats, Géologie, Fraune et Géographie du Brésil").

A relação é longa e nela se poderiam incluir, ainda mais representantes dos três pilares básicos da cultura universal (Alemães, Franceses e Italianos), como Feri, Anatole France e Clemenceau.

Lembro-me de haver escrito, vão lá quase quarenta anos, num jornal paulista ("Diário de São Paulo") que a excessiva inteligência do Brasileiro era a sua pior inimiga. Como dizia velho e notável professor baiano, Moniz de Aragão, em artigos sob a epígrafe "Pagea Brésiliennes"), publicadas na "Revue Mauve", de Paris (1906) e no ensaio sobre a universalidade da cultura germânica ("Die Vortrefflichkeit und Weltumfassende Macht der Deutschen Bildung", edição de Huensch & Co., Naumburg), o "Brasileiro tudo quer aprender e tudo aprende", mas...fica pela rama.

No caso, a facilitarão do doutoramento pela simples defesa de tese poderá conduzir à inflação doutoreira contrária aos interesses do ensino superior, deteriorando-o e configurando não desejada supletivização.

7.- Quanto à figura da transferência de inscrição de uma para outra entidade universitária, nada constitui óbice por ser legal e até praxe de rotina, do que dão farta exemplificação numerosos Pareceres, como estes atendimentos de transferência de pedidos de inscrição de doutoramento de Faculdades da Universidade de São Paulo para Institutos Isolados, obedecida a Deliberação do Conselho Estadual da Educação de 3 de janeiro de 1.972 e demais disposições legais vigentes:

Pareceres nºs. 676/73, 677/73 e 678/73, aprovados em 6-4-73(Relator Cons. Paulo Comes Romeo), 696/73 a 700/73, aprovados em 11-4-73 (Relator Cons. Paulo Gomes Romeo), 749/73 e 750/73, aprovados em 16-4-73 (Relator Cons. Paulo Gomes Romeo), 839/73 e 840/73, aprovados em 3-5-73(Relator. Cons. Paulo Gomes Romeo), 1570/73, aprovado em 26-9-73 (Cons. Luiz Ferreira Martins), 1873/73, aprovado em 26/09/73 (Relator Cons. Moacyr Expedito Vaz Guimarães). 2101/73 aprovado em 17-10-73 (Relator Cons. Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, este em grau de recurso por vencimento de prazo num domingo sendo o dia seguinte Feriado Nacional...), e mais aprovação de transferência de defesa de tese de doutoramento de Instituto Isolado (Araraquara) para outro (São José do Rio Preto, ambas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras), Parecer nº 2094/, aprovado em 17-10-73 (Relator Cons. Wladimir Pereira).

Ao analisar o Processo CEE 289/72 de que foi Relator o nobre Conselheiro Luiz Ferreira Martins em que o interessado estava vinculado a Faculdade sob "jurisdição federal de ensino", Sua Excelência, na fundamentação, lembrou o artigo 37 do Regimento Geral dos Institutos Isolados de Ensino Superior:

"Art. 37- o mestrado, o doutorado e a livre -
docência independem de vinculação à carreira docente, respeitadas as normas fixadas neste Regimento" (Grifo do Relator), concluindo ~~pe~~la pertinência da inscrição em Instituto Isolado da rede estadual, visto inexistir impedimento legal à referida inscrição "por não ser a obtenção do título de Doutor restritiva a candidato vinculado a carreira docente"(Acta 42, pág.24).

8- O Processo (Nº 4253/75-CEE) está em ordem, com a devida instrução:

a) requerimento pleiteando, junto no Diretor da Faculdade Municipal de Engenharia Química de Lorena, inscrição ao Doutorado, nos Termos do Decreto nº 52065, de 18 de janeiro de 1.972, acompanhado do Curriculum Vitae e documentação pertinente (fls. 5 usque 14) , aliás, reafirmado e atualizado na reiteração do pedido em consequência da mudança de área de subordinação (=da municipal para a federal) (fls. 15 usque 36) ;

b) reativação do Processo pelo seu desarquivamento, "tendo em vista as instruções regulamentadas transcritas no Diário Oficial nº 56, de 21 de março (sic) de 1.975, à página 28 - Deliberação CEE 4/75, pois na época do despacho ao requerimento em questão (o anterior)(28 de janeiro de 1.972), a Faculdade ainda se encon-

trava vinculada à Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo" (fls.3):

G) Ofício (nº 95/75, de 6 de outubro de 1.975) do Diretor da Faculdade de Engenharia Química ao Senhor Coordenador (CESESP) propondo que se proceda comissão

ceda à nomeação de Exame Prévio, "segundo o prescrito no art. 5º, do Decreto nº 52.865, de 18/01/72, constituída dos senhores professores:

3.1- Dr. ANTÔNIO GILBERTO FILIPPO FERNANDES - Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá.

3.2- Dr. ZULCY DE SOUZA - Escola Federal de Engenharia de Itajubá.

3.3- Dr. JESSEN VIDAL - Instituto Tecnológico de Aeronáutica para examinar a qualificação do candidato PROF. VAGNER JOSÉ OLIVA", e ainda, que se autorize a "realização da defesa de tese em um Instituto Isolado da região do Vale do Paraíba" (fls.2).

Questionar-se-ia, apenas, se o Diretor da Faculdade de Engenharia Química de Lorena havendo mudado a situação do âmbito municipal para o federal, poderia tomar a iniciativa das referidas propostas.

Todavia, considere-se que lhe coube acolher a inicial, de 28 de janeiro de 1.972, dando-lhe despacho favorável: "A solicitação do requerente procede em virtude do Decreto citado" (nº 52865, de 18-1-1972), embora determinasse que se aguardassem instruções (Processo para Inscrição, anexo), e, na reativação, pois a ele (Diretor) foi pedido o desarquivamento, mandou "atender ao solicitado pelo requerente, tendo em vista a procedência dos motivos expostos" e indicou a Comissão de Exame Prévio (Processo para Inscrição, anexo).

Pergunta-se : caberia a reativação do Processo, como continuidade, modificada a situação original de subordinação da Faculdade?

É indiscutível a mudança do regime, não podendo ser ignorada sua imediata implicação.

pela

Cabe a ponderação sua relevância uma vez que se esvaziou o fundamento da inscrição em tempo hábil e diluíram-se as formalidades da inscrição, tudo lastreado em fase anterior à alteração básica superveniente, ou seja a evolução do Instituto Isolado do regime municipal para o federal, desvinculando-se do Sistema Estadual. Já se não alude-e isto não está esclarecido, ao decurso de três anos entro a petição original e a providência ulterior do equacionamento do problema em termos de restauração da mesma inicial.

Mais, recente conclusão oferecida na Comissão de Legislação e Normas pelo Relator, o nobre Conselheiro Paulo Gomes Romeo (Parecer nº 3605/75 CEE - Processo CEE nº 4255/75, aprovado na 655a. Sessão

Plenária do Colegiado, realizada em 10-12-75) define a posição quer da Comissão de Legislação e Normas quer do Conselho, contrária ao prosseguimento de defesa de tese de doutoramento na ocorrência de transferência de Faculdade para o Sistema Federal.

A argumentação desenvolvida pelo Relator do presente Processo (nº 4253/75-CEE) visou, principalmente, ao esclarecimento de matéria que, por vezes várias, motivou o colegiado oferecendo possibilidades de análises de aspectos singulares com real importância, mormente, no realce da melhor solução que é a da obtenção do título de Doutor em prévio curso credenciado de pós-graduação.

9- CONCLUSÃO

Deixa-se de atender ao requerido pelo interessado WAGNER JOSÉ OLIVA quanto ao prosseguimento de sua defesa de tese direta independente de prévio curso credenciado de pós-graduação, por tratar-se de assunto da competência do Colendo Conselho Federal de Educação a cujo sistema filia-se a Faculdade em que requereu a inscrição inicial.

São Paulo, 17 de dezembro de 1975

a) ~~Cons. Alfredo Gomes~~ - Relator

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS adota como ser parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres conselheiros: Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Alpínolo Lopes Casali, Alfredo Gomes, Paulo Gomes Romeo.

Sala das Comissões, 17 de Dezembro de 1.975

a) Oswaldo Aranha Bandeira de Mello - Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Legislação e Normas, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 16 de Janeiro de 1976

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães

Presidente